

A113179

JUSSARA MARTINS - 17/04/2012



O PORTO de Vitória tem como um dos maiores problemas a dificuldade para escoar cargas, devido ao trânsito difícil

Faltam ferrovias e rodovias para portos

Estudo realizado pela Confederação Nacional do Transporte aponta que falta infraestrutura de acesso nos terminais capixabas

Luísa Buzin

Os principais problemas do Porto de Vitória são a falta de infraestrutura de acesso, como ferrovias e rodovias. Foi o que indicou estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Segundo a pesquisa, os portos brasileiros estão entre os mais lentos e caros do mundo por causa da infraestrutura ruim, dos impostos altos e do excesso de burocracia.

O estudo foi feito com base em entrevistas com 212 agentes marítimos que operam nos principais por-

tos do País, em 15 estados. Segundo o presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação (Fenam), Waldemar Rocha Junior, as limitações físicas são o maior problema do Porto de Vitória:

“Aqui temos problemas de acesso, a deficiência do portal do Príncipe e do trânsito é um problema claro. Por exemplo: não podemos ter caminhões entrando e saindo do porto nos períodos das 7 às 9 horas e das 17 às 19 horas, por causa do trânsito. Isso prejudica.”

Ele afirmou que o estudo corroborou a necessidade da construção de outro porto na Grande Vitória: “Não temos mais a linha férrea, então temos essas limitações físicas que são difíceis de ser superadas, só com a construção de um novo porto podemos atender a toda demanda do Porto de Vitória.”

O investimento de R\$ 31 bilhões, nos próximos três anos, anunciado pelo governo, é considerado im-

portante para melhorar a situação.

Segundo o vice-presidente da CNT, Meton Soares, a entidade vai analisar o programa de investimentos previstos até 2015, para depois se pronunciar sobre o que pode resultar em melhorias nos portos.

Um exemplo de ineficiência, citado na pesquisa, é a falta de investimentos governamentais em operação e gestão.

Conforme o estudo, o Brasil pode ser considerado privilegiado para o desenvolvimento da atividade, por possuir litoral com 7.367 quilômetros de extensão linear: devido a isso, 95,9% do volume total de cargas exportadas em 2011 passaram pelos portos nacionais.

Mesmo assim, os investimentos públicos em transporte marítimo caíram em relação ao ano passado. Até outubro deste ano, eles somaram R\$ 273,2 milhões; em todo o ano de 2011, alcançaram R\$ 566,4 milhões, de acordo com o estudo.

Portuários querem mudança na lei

Os trabalhadores portuários propuseram 86 emendas à Medida Provisória 595, mais conhecida como a nova lei dos portos.

A MP foi publicada no Diário Oficial da União no último dia 6 e instituiu várias medidas para atrair investimentos para o setor, mas, segundo o presidente do Sindicato Unificado da Orla Portuária (Support-ES), Ernani Pereira Pinto, a nova lei não assegura os direitos dos trabalhadores.

“Estamos defendendo a garantia do mercado de trabalho para os trabalhadores avulsos e um modelo de gestão pública para as companhias



ERNANI: garantias à categoria

docas que seja equilibrado para a realidade dos portos brasileiros.”

Para Ernani, apesar das declarações da presidente Dilma Rousseff de que os trabalhadores portuários não seriam afetados pela nova lei, não há garantias para a categoria.

Por isso o sindicato tem buscado apoio em Brasília para aprovação de emendas que excluam dispositivos como os que proíbem a contratação temporária.

Medidas que permitem que a iniciativa privada construa novos terminais fora dos portos organizados para movimentar carga de terceiros também preocupam.

Dinheiro liberado para o governo do Estado

O Espírito Santo recebeu ontem as primeiras parcelas de dois contratos de financiamentos.

Dos R\$ 3 bilhões contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), foram repassados ao Estado R\$ 689 milhões, que serão usados para quitar dívidas e financiar operações de fomento ao desenvolvimento.

O governador Renato Casagrande explicou que, desse total, R\$ 204 milhões ficaram no próprio BNDES para quitar dívidas antigas de custo elevado do Estado, com condições melhores e juros menores.

Além disso, R\$ 70 milhões serão usados para capitalizar o Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

“Esses recursos vão permitir a ampliação da carteira do Bandes no próximo ano, vão fortalecer o Nossocrédito e os investimentos na agricultura e de empresas no

“Esses recursos vão permitir a ampliação da carteira do Bandes no próximo ano”

Renato Casagrande, governador

Espírito Santo”, destacou Casagrande.

Outra consequência da capitalização do Bandes é a viabilização do Pró-Investe Capixaba, que vai disponibilizar recursos para os municípios realizarem investimentos.

O Fundepar-ES, novo fundo de financiamento de desenvolvimento do Estado, também será capitalizado pelo governo estadual.

Serão repassados R\$ 200 milhões, para serem empregados na atração e na realização de novos investimentos para o Espírito Santo.

Há ainda R\$ 215 milhões que serão transferidos para a Cesan para pagar débitos bancários.

“Assim a Cesan vai estar liberada para fazer parcerias com o setor privado e ampliar a capacidade de investimento em saneamento”, ressaltou Casagrande.

O Estado também recebeu ontem R\$ 160 milhões, como parte do financiamento de R\$ 415 milhões do contrato assinado com a Caixa Econômica Federal.

“Esse recurso já está na conta do Estado e será usado para pagar obras de saneamento e rodovias que fizemos ao longo de 2012”, explicou Casagrande.

KADIDJA FERNANDES - 01/11/2012



CASAGRANDE explicou o que será feito com a 1ª parcela dos recursos

Obras para evitar enchente

O governo do Estado do Espírito Santo e a Caixa Econômica Federal realizaram ontem a contratação de R\$ 130 milhões para prevenção de enchentes.

Essa é a maior operação já realizada pelo Estado por meio do Orçamento Geral da União (OGU).

Os recursos serão destinados às obras das bacias do rio Aribiri, em Vila Velha, e do córrego Jardim de Alah, em Cariacica.

Deste total, R\$ 2 milhões serão aplicados na elaboração de estudos e projetos para o manejo de águas urbanas do córrego Itanaguá, também em Cariacica.

Além disso, estão previstos para serem contratados até a próxima segunda-feira R\$ 217,5 milhões, que serão destinados às

obras de manejo de águas urbanas das bacias do córrego Camp Grande, em Cariacica, e dos canais da Costa e de Guaranhuns em Vila Velha.

Estas intervenções, somadas aos contratos já firmados pelo governo do Estado para as obras nas bacias dos rios Formate e Marinho, representam investimento de cerca de R\$ 450 milhões.

“Os recursos serão aplicados com o objetivo de melhorar as condições de vida da nossa gente São localidades que há mais de 40 anos estão expostas aos reflexos das cheias e das inundações: que afetam a região na época de chuvas. Cerca de 400 mil pessoas serão beneficiadas com estes em preendimentos”, afirmou o vice-governador Givaldo Vieira.